

Juiz de Fora, quinta-feira, 20 de agosto de 2020

De: Grupo de Estudo para implantação de Licitações Eletrônicas

Para: SEG – Secretaria de Governança

Assunto: Relatório final

Referência: Eprot 211-270 – Portaria nº 022/2020

Ao iniciarmos o estudo, verificamos que a legislação específica – Lei nº 12.462/11 e Decreto 7.581/11 – restringe o objeto das contratações pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), há específicas hipóteses legais que não atenderiam toda nossa demanda para realizar Licitações Eletrônicas.

Em sentido similar a Orientação nº 128/2020 da empresa JML (fls. 29 a 33), que levanta a possibilidade de uso, mas de forma temporária, pontuando as incompatibilidades e tratando como solução ideal uma plataforma própria baseada no RILC e Lei das Estatais.

Já no site governamental – COMPRASNET – há notícia com orientação para que as estatais, dos âmbitos federal, estadual e municipal, utilizem o módulo de RDC, no que for compatível, para realizar as licitações por meio eletrônico, assinado por DELOG (Departamento de Normas e Sistemas de Logística) e SEGES (Secretaria de Gestão). Nessa mesma acepção de utilização geral do módulo de RDC para Licitações Eletrônicas, doutrinadores que aproximam a redação da Lei do RDC da Lei das Estatais, bem como licitações que encontramos no COMPRASNET com objetos não amparados pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (fls. 40 a 46).

Portanto, chegou-se a uma conclusão provisória de que seria legalmente possível a adoção, restando a sua comprovação técnica se seria faticamente possível. Nesta etapa fizemos contato com outros órgãos, outros portais de licitações em Minas Gerais e agendamos visitas técnicas em dias de ocorrência de Licitações Eletrônicas. Porém, em razão das medidas e normas estabelecidas de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), foram emitidas normas restringindo a circulação e reunião de pessoas na empresa e em órgãos externos; o que nos impediu de conhecer o processo já instaurado em outra estatal.

Destarte, com a necessidade premente de dar continuidade às licitações que antes eram presenciais, foram adaptados editais da nossa Companhia para o formato de Licitação Eletrônica visando utilização do módulo RDC no portal COMPRASNET. Ao testarmos o efetivo cadastro destes certames, foram encontrados alguns óbices e abertos assim chamados junto ao Portal e ao DELOG, estando alguns em aberto vide e-mails no processo (fls. 97 a 102).

Findamos nosso Grupo de Estudo com as conclusões abaixo, já atestadas no próprio Portal COMPRASNET em simulações de cadastramento de edital de Licitação Eletrônica:

- É possível realizar Licitação Eletrônica pelo módulo RDC com os seguintes objetos: bens, obras, serviços e serviços de engenharia; podendo adotar os critérios de julgamento de menor preço, ou maior desconto, e técnica e preço; e cabendo utilizar apenas o modo de disputa aberto e fechado; e sendo possíveis os regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, contratação por tarefa, empreitada integral, e contratação integrada e semi-integrada.
- Encontra-se pendente de solução e resposta do Portal e DELOG: a possibilidade de incluir o orçamento sigiloso e o registro de vedação ou admissão de consórcio no certame.

Portanto, esse estudo constata que já há a prática no mercado de estatais utilizarem o módulo RDC do Portal COMPASNET para realização de Licitações Eletrônicas no que for compatível com a Lei 13.303/16 e com seus próprios regulamentos internos de licitações e contratos. Porém asseveramos que tanto a Lei das Estatais é nova, como há correntes alterações na Lei do RDC, o que nos coloca em um patamar de parecer transitório, de acordo com a vigente legislação, posicionamentos doutrinários ainda escassos e reduzida jurisprudência que versa sobre esse tema tão recente.

Sem mais a apresentar,

Grupo de Estudos designado pela Portaria nº 022/2020